

5º Colóquio Ibérico de Cooperativismo e
Economia Social

Economia social e desenvolvimento sustentável
ESGT - Santarém Julho 2009

A Crise Alimentar e a Economia Social

Manuel Belo Moreira

Instituto Superior de Agronomia

Esquema da Exposição

- O que é a crise alimentar?
- Entender as razões para a crise
- Sustentabilidade do sistema alimentar mundial
- O papel da economia social

O que é a Crise Alimentar?

(milhões de subnutridos)

	1990-92	1995-97	2003-05
Países desenvolvidos	19.1	21.4	15.8
Ásia e Pacífico	582.4	535.0	541.9
América Latina e Caribe	52.6	51.8	45.2
Médio Oriente e Norte de África	19.1	29.6	33.0
África Subsariana	168.8	194.0	212.1
Mundo	841.9	831.8	848.0

Fonte: FAO

http://www.fao.org/es/ess/faostat/foodsecurity/index_en.htm

O que é a Crise Alimentar?

- A crise alimentar não é nova embora, na última década e sobretudo a partir de 2003-05, se tenha invertido a ligeira tendência para a diminuição de população mundial sub-nutrida.

Convém portanto distinguir entre:

- **A crise estrutural**, isto é a crise persistente que afectava a grande maioria dos 848 milhões de pessoas e não decorre da recente evolução do mercado.
- **A crise recente** que muito agudizou a situação anterior. As previsões da FAO para 2009 são de 1020 milhões de pessoas mal nutridas. Corresponde portanto a um agravamento de cerca **20% em 4 anos!**

Entender as razões da crise alimentar

- No último século e meio a agricultura conheceu progressos tecnológicos que permitiram nos anos 90 à FAO, ao Banco Mundial e ao IFRI concluir que a fome não reside na escassez do potencial produtivo.
- Ou ler-se no *World Development Report 2008: Agriculture for Development* que “O mundo em geral tem segurança alimentar, produzindo alimentos suficientes para satisfazer as necessidades alimentares da população mundial”.
- De facto, actualmente, um trabalhador, bem equipado, em explorações bem dimensionadas e situadas nas melhores terras, produz em equivalente-cereal cerca de 2000 toneladas, já uma família, com trabalho manual, sem adubos e sem fitofármacos e com variedades não melhoradas, apenas produz uma tonelada.
- No entanto, apesar destes progressos a subnutrição e a fome continuaram presentes.

Entender as razões da crise (cont.)

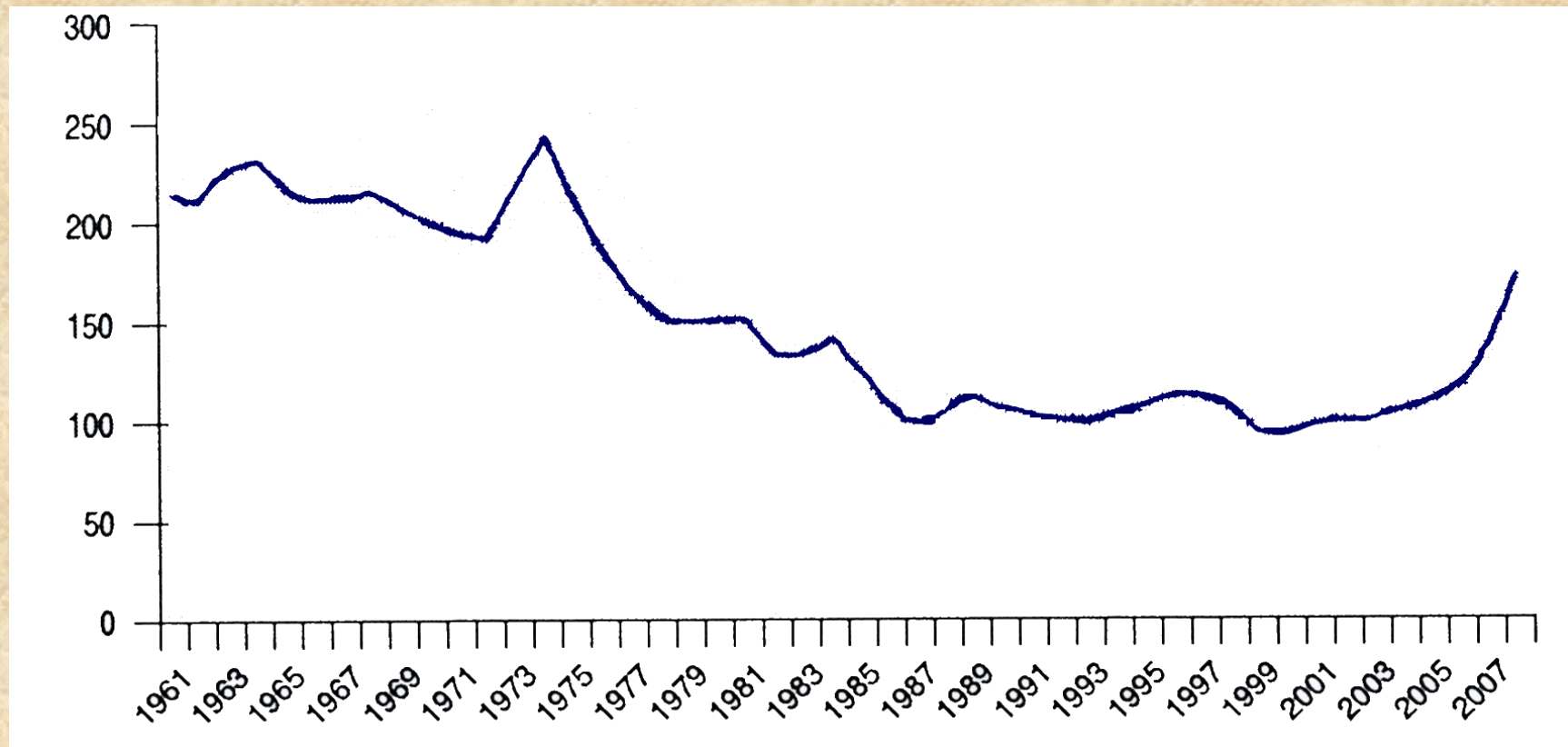
- Os economistas explicam a situação que se viveu até 2004 pelos desajustamentos entre a oferta e procura. Isto é, havia subnutridos e esfomeados porque a procura efectiva não era suficiente para a oferta existente! Explicava-se assim a tendência decrescente dos preços agrícolas até 2004.
- **1ª Conclusão.** Segundo a visão economicista dominante é ao mercado que compete assegurar a alimentação pelo que os referidos desajustamentos são inerentes ao funcionamento do mercado que se não lhe colocarem entraves, no futuro, os resolverá. Isto é a má nutrição e fome é algo de “**natural**”!
- **Consequência:** se exceptuarmos as periódicas litanias em reuniões mediáticas de instituições internacionais, exprimindo a boa vontade programática de erradicar a fome no mundo, o que passava era a ideia de que, excepto em situações de guerra ou catástrofe naturais, a fome já não era problema! Isto é, **o mercado funcionava. Imperava assim a ilusão da abundância agrícola.**
- A crise actual veio por em causa essa visão optimista.

As razões conjunturais da crise

- **Causa próxima. O aumento dos preços provocados por:**
- Tendência para o aumento de consumo (modelos de consumo em países como a China e Índia) e crescimento populacional.
- Razões climáticas: anos sucessivos de colheitas escassas em países com peso no comércio mundial
- Razões económicas: desvalorização do dólar e especulação financeira: matérias primas alimentares consideradas valor seguro.
- Razões políticas:
 - forte diminuição dos stocks em resultado das políticas neoliberais que retiraram ao Estado a obrigação de manter stocks cuja função era, exactamente, fazer face aos problemas de baixas colheitas, nomeadamente atenuar a volatilidade dos preços;
 - diminuição dos subsídios à produção na EU;
 - efeito das políticas de substituição da produção para alimentos pela produção de matérias primas destinadas aos bio-combustíveis (30% do milho nos EUA).

Índice anual de preços da FAO

(1998-2000 = 100)



Consequências sociais

- Um aumento de 1% no preço dos alimentos cria dificuldades a 16 milhões de pessoas
- **Perda média de bem-estar** resultante de um aumento de 10% do preço do principal alimento, para os 40 % da população com mais baixos rendimentos.

Escalões de perda de bem-estar

	0 a 1%	1 a 2%	2 a 3%	
Meio rural	Vietnam Paquistão	Guatemala Malawi	Bangladesh	
Meio urbano	Guatemala Paquistão	Vietnam Madagascar*	Bangladesh	

* **Madagascar** (meio rural), ~2%

Fonte: Baptista a partir de dados da FAO (2008), *La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture*.

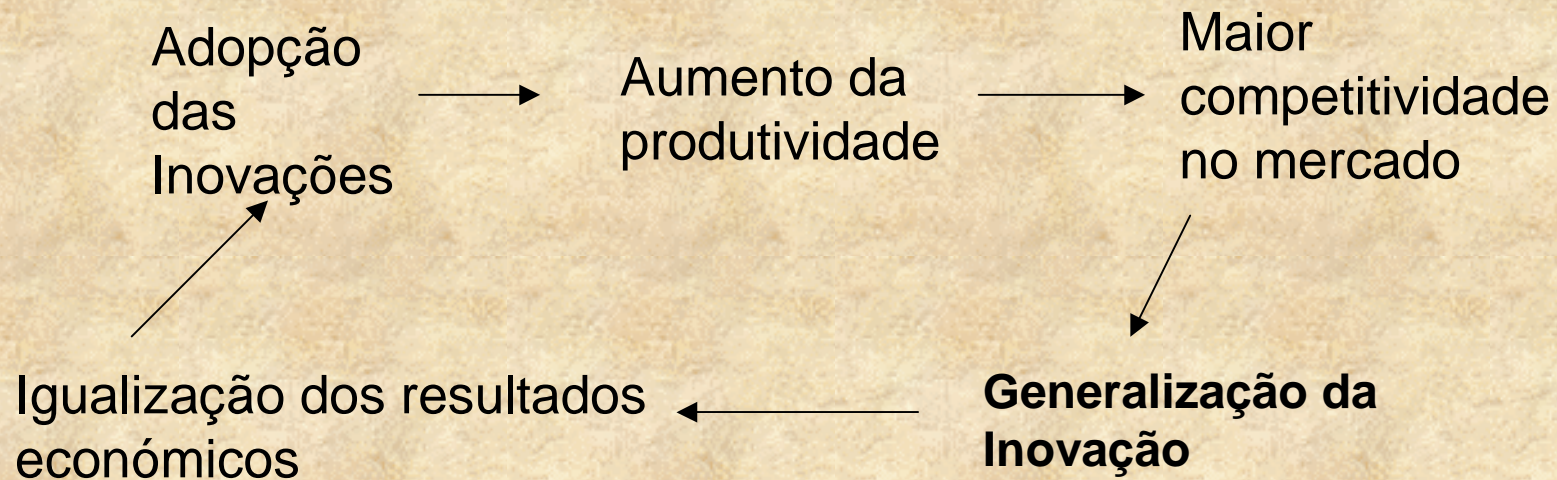
Sustentabilidade do sistema alimentar

- A crise alimentar revela-se como fonte de insustentabilidade política e social. Os motins que irromperam em 2008 são disso sintoma.
- Apreciar a sustentabilidade do sistema remete-nos para aspectos essencialmente políticos relacionados com:
 - A investigação, desenvolvimento e extensão
 - A demografia
 - Os desafios climáticos e a dependência do petróleo
 - A gestão global do sistema. Nomeadamente o papel do Estado e as formas de regulação do comércio mundial (OMC) e das finanças, mas também dos transportes, bem como as formas de subsidiação directas e indirectas que afectam toda a economia global
 - E o modo como as populações reagem às situações de penúria alimentar: revolta, aceitação resignada,....

Compreender o sistema alimentar dominante

- O modelo de desenvolvimento da produção agrícola e alimentar dos países desenvolvidos envolveu durante décadas uma fortíssima e constante intervenção do Estado e baseou-se em formas de articulação do mundo industrial e urbano (através da I&D e Extensão) com o mundo agrícola e rural (cada vez mais produtor de matérias primas), fazendo uso privilegiado dos seguintes instrumentos:
 - **Sem-fim tecnológico**
 - **Endividamento**

Sem-Fim Tecnológico



Consequências: Corrida à produtividade que explica a tendência estrutural para menos e maiores explorações agrícolas, mais equipadas e com menos pessoal

Requisitos do modelo. Lições da História

- O sem-fim tecnológico requer um nível mínimo de concorrência entre produtores. Isto é, precisa da instituição mercado regulada de tal modo que os níveis mínimos de concorrência estão garantidos, mas também que haja garantias políticas de rentabilidade para que aceitem a respectiva lógica. Situação que não se verifica em muitos países em desenvolvimento.
- Produção de I&D adaptada às diferentes condições e existência de Extensão agrícola (idem, sobretudo para os países menos desenvolvidos e para as zonas desfavorecidas)
- Investimento e produção baseados no crédito (idem)
- Estímulos aos produtores para adoptar as inovações. Chegam os estímulos de mercado? ou são necessárias políticas de apoio? Lições dos EUA e da própria PAC. Sem preços garantidos e esquemas de seguros teria sido possível chegar-se onde se chegou?

Questionando o Modelo

- O modelo descrito foi um sucesso nos países desenvolvidos e mostrou-se capaz de satisfazer a procura efectiva embora, como vimos, tenha sido incapaz de responder às necessidades alimentares de grande parte da população mundial.
- A crise estrutural e o seu agravamento recente mostra que, sem alteração substancial, a sustentabilidade social e política do modelo está ameaçada.
- Será assim de apostar no aprofundamento do modelo? E há condições para esse aprofundamento?
- Ou, pelo contrário, é preciso começar a desenhar modelos alternativos exequíveis?

Questionando o Modelo

- Mesmo onde o modelo teve sucesso há sinais evidentes de que:
 - se está perante o esgotamento tecnológico do actual modelo químico-mecânico. Os aumentos de produtividade já não compensam o crescimento populacional.
 - reacção da sociedade aos “privilégios” agrícolas muito potenciada pelos problemas ambientais do modelo.
 - Sendo baseado no petróleo a sustentabilidade está ameaçada.

Por outro lado a população mundial continua a aumentar!

Síntese: o modelo técnico-económico vigente já demonstrou os seus limites. Há portanto que equacionar aspectos chave que apontem para modelos alternativos.

Vias opostas ou complementares?

- Do modelo químico-mecânico ao modelo baseado na biotecnologia. As esperanças na agricultura de precisão.
- A biotecnologia pode permitir ultrapassar os limites (escassez de recursos e limites das soluções técnicas) do actual modelo de produção, assegurando aumentos de produção por ganhos na relação *outputs/inputs* que permitam uma utilização mais produtiva e rentável de factores escassos, como a terra/solo e a água.
- É viável alterar radicalmente o modelo de produção, passando de modo generalizado, a uma agricultura biológica.
- Todavia, tudo indica que a “solução”, a médio prazo, da questão alimentar da humanidade passa (sobretudo) pelo modelo alimentar e não apenas pelo modelo de produção.

As questões a responder

- Para responder à crise alimentar possivelmente há que atender a diferentes soluções técnico-económicas: mistura de mais ou menos biotecnologia, melhorias no actual modelo com a agricultura de precisão, alterações voluntárias ou forçadas nos modelos de consumo. Soluções técnicas que poderão resolver o equilíbrio entre a oferta e a procura efectiva, mas que se duvida seja capaz de responder às necessidades da fome estrutural.
- Resta porém a questão fundamental sem a qual não há respostas para a fome no mundo. Isto é, qual o papel do **mercado**, do **Estado** e da **Economia Social**?
- Deixar a solução para o mercado significa esquecer mais uma vez a incidência da fome e má-nutrição, jogando com eventuais excedentes para camuflar os casos mais prementes, como nos últimos 60 anos.
- Justifica-se então uma nova aproximação ao problema que implica uma muito maior intervenção do Estado, sobretudo nos países menos desenvolvidos, e pensar no papel que, com toda a conveniência, pode ser cometido às instituições da economia social.

O papel do Estado

- **É preciso um Estado interveniente.** Criando mercados onde eles não existam e regulando-os. Longe portanto da ideologia neoliberal que comanda as finanças e o comércio mundial.
- Um Estado que, à semelhança do que fez nos países desenvolvidos, possa suscitar mecanismos para fazer crescer a produtividade. Todavia, ao invés do modelo aí seguido, em que a produtividade do trabalho dominava, se aponte para o aumento da produtividade da terra, dos animais e das plantas. Mesmo que à custa de custos de produção não competitivos face a um preço de mercado mundial. As externalidades positivas dessas políticas, nomeadamente no que respeita ao emprego rural e ao acréscimo de produção que se pode obter certamente que compensarão a diminuição da competitividade.

O papel do Estado (cont.)

- Os objectivos anteriormente afluados levantam porém diversas questões a começar:
 - que tipo de Estado?
 - como se relaciona com os outros num mundo globalizado?
 - como articular as políticas económicas locais de modo a não entrarem em contradição com as globais. Nomeadamente repensar como será possível conciliar níveis de protecção indispensáveis com aprofundamentos nas relações globais;
 - como chegar a acordos para responder ao outro grande desafio com evidente relação com a fome, o das alterações climáticas,
 - etc.
- Temas que, obviamente, ultrapassam em muito o âmbito desta apresentação

Papel da Economia Social

- Por definição tem uma lógica não lucrativa.
- Pode, portanto, ter práticas económicas que maximizem o emprego e as potencialidades produtivas da terra. O que exige um ambiente competitivo regulado e uma gestão “empresarial” no sentido profissional de gerir do melhor modo possível consoante os objectivos que lhes são fixados.
- Privilegia a lógica de proximidade, diminuindo a factura energética do sistema alimentar.
- É assim um instrumento precioso para estimular novas políticas que, em resposta às insuficiências do actual modelo, apostem em vias alternativas.

Papel da Economia Social (cont.)

- No caso concreto da economia social como elemento no combate à crise alimentar há que sublinhar o seguinte:
- A economia social ocupa e/ou pode vir a ocupar papel de relevo em três pontos chave da cadeia de valor alimentar: enquanto produtora desses bens, enquanto intermediária junto ao consumidor final e enquanto elemento financiador.
- Todavia os agentes desses três pólos não aproveitam sinergias, nem exploram possíveis formas de articulação benéficas para todos. Antes pelo contrário, cada interveniente tenta isoladamente encontrar vias de sucesso para a sua empresa. O CA segue práticas bancárias como qualquer banco comercial e as cooperativas agrícolas e de consumo certamente poderiam articular-se entre si de forma muito vantajosa. Já para não falar de formas cooperação destas entidades com as Misericórdias, IPSS e Mutualidades.

Papel da Economia Social (cont.)

- Ou seja, tendo como base a ideia de explorar ao máximo as virtualidades da economia da proximidade, as instituições da economia social poderiam potenciar essa ideia:
 1. desenvolvendo as relações sócio-económicas entre si e enriquecendo o respectivo capital social;
 2. exigindo aos poderes públicos que levem em conta as externalidades positivas dos privilégios concedidos às economias de proximidade;
 3. e que ponham em prática os preceitos constitucionais da discriminação positiva;
 4. desenvolvendo o empreendedorismo social, particularmente nas zonas desfavorecidas de forma a suprir as necessidades que decorrem da falta de mercado ou da impossibilidade de obter lucros, incentivo essencial para o empreendedorismo privado, mas que não é impeditivo do empreendedorismo social;
 5. mostrar que mais valem economias locais ligeiramente deficitárias, mas vivas, do que manter populações a viver da segurança social. Há aqui toda uma larga janela de oportunidades para um diálogo transparente e frutuoso com o Estado que leve a um novo contrato social, mais solidário.

Papel da Economia Social (cont.)

- Concretamente para o nosso país sabe-se que há muita terra por explorar devidamente. Manter as terras em produção ou recuperá-las se já a abandonaram permitiria, particularmente numa lógica de proximidade, obter vantagens várias, nomeadamente:
 1. aumentar a oferta de bens alimentares;
 2. garantir uma paisagem mais cuidada;
 3. se esse aproveitamento for bem articulado com a pastorícia pode diminuir a biomassa abandonada o que reduz o risco e dificulta a propagação dos grandes incêndios;
- Em suma, o desenvolvimento de um empreendedorismo social animador da economia de proximidade, não sendo panaceia, ajuda a mitigar insuficiências alimentares da população, aumentando a oferta de zonas que o mercado abandonou, promove o emprego, o que cria procura efectiva, cuida do território e mostra que a economia social tem ainda muitas potencialidades por explorar.

Papel da Economia Social (cont.)

- Uma última nota que não se desenvolve aqui, mas que também não podia deixar de ser afluída. Trata-se das relações entre o Estado e as instituições da Economia Social.
- No que respeita ao papel económico da Economia Social no combate à fome e mal nutrição, pensa-se que, em grande parte, deve ser considerado como equivalente a bem público, nomeadamente aquelas iniciativas que à partida se sabem deficitárias, mas que, mesmo assim, merecem ser desenvolvidas.
- Sem esquecer no entanto que, como se disse na Manifesta “... o associativismo tem de ser pensado como projecto político autónomo, alternativo, ligado à democracia participativa. Há que desarmar as suas ameaças, incluindo: a contratualização subordinada a interesses político-partidários; a submissão a programas pré-determinados; as pressões para a certificação; ou a ausência ou défice de lógica participativa.” (Cristovão, in Infoanimar, Junho de 2009).

Bibliografia

- Chalmin, P. (2009) *Le Monde a Faim*, Paris, Bourin Editeur.
- Cristovão, A. (2009) in Infoanimar, edição de Junho
- FAO (2008), *La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture*.
- http://www.fao.org/es/ess/faostat/foodsecurity/index_en.htm
- http://www.fao.org/es/ess/faostat/foodsecurity/index_en.htm
- DB Climate Change Advisors (2009) *Investing in Agriculture: Far-Reaching Challenge, Significant Opportunity. An Asset Managament Perspective*.